

# O GOVERNO FHC E O GOVERNO LULA: UMA COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA E DAS POLÍTICAS EXTERNAS

## *THE CARDOSO GOVERNMENT AND THE LULA GOVERNMENT: A COMPARISON OF DEFENCE POLICIES AND FOREIGN POLICIES*

**BERNARDO JURADO PRATES, EDUARDO KREIBICH, JÚLIA ROSA, MIRKO POSE, NATÁLIA MARASCHIN<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - RS  
E-mail: bjprattes@gmail.com

**Resumo:** O artigo apresenta quais foram os pontos focais e estruturantes das Estratégias Nacionais de Defesa (END), abrangendo o período que vai da presidência de Fernando Henrique Cardoso até o final do segundo mandato de Lula da Silva. Durante esses 16 anos, os padrões das END e a própria postura do Estado frente à defesa se alteraram de acordo com a percepção de ameaças. De maneira preliminar, são identificadas as seguintes orientações/marcos no desenvolvimento do assunto: a desestruturação das Forças Armadas e políticas de defesa (década de 90), a criação do Ministério da Defesa (1999), a descoberta do Pré-Sal (2007) e a criação da Estratégia Nacional de Defesa (2008). No início dos anos 90, com o advento da onda neoliberal, o Estado brasileiro apresentou uma tendência à desestruturação e sucateamento da máquina pública, com uma consequente diminuição no orçamento de defesa; no período subsequente, sob o comando de FHC, o governo passou a dedicar uma maior preocupação com assuntos securitários e procurou estabelecer o controle civil sobre as Forças Armadas, criando o Ministério da Defesa e a Política Nacional de Defesa. Por fim, com a descoberta do pré-sal em 2007, a criação de políticas voltadas para a defesa do entorno estratégico e dos recursos naturais do Brasil tornou-se crucial. Como resultado, foi lançada a Estratégia de Defesa Nacional, cristalizando os frutos de debates e focando na relevância do Estado brasileiro frente aos novos desafios.

**Palavras-chave:** Estratégia Nacional de Defesa, Política Nacional de Defesa, Segurança, Lula, Fernando Henrique Cardoso.

**Abstract:** This paper presents the focal and structuring points of the National Defense Strategies (NDS), covering the period from Fernando Henrique Cardoso's presidency until the end of the second term of Lula da Silva's mandate. During these 16 years, the patterns of the NDS and the State's posture regarding defense changed according to the perception of threats. Preliminarily, the following milestones for the development of the subject can be identified: the dismantling of the Armed Forces and defence policies (in the 1990s), the creation of the Ministry of Defense (1999), the discovery of the pre-salt (2007), and the creation of the National Defense Strategy (2008). In the early 1990s, with the advent of the neo-liberal wave, the Brazilian State showed a tendency of dismantling and scrapping the public administration, consequently decreasing the defence budget. In the subsequent period, under FHC's command, the Government began to devote a greater concern to security issues and sought to establish civilian control over the armed forces, creating the Ministry of Defence and the National Defence Policy. Finally, with the pre-salt discovery in 2007, the creation of policies aimed at protecting Brazilian strategic environment and natural resources became

---

<sup>1</sup> Graduandos do 8º período do curso de Relações Internacionais na UFRGS.

crucial. As a result, the National Defense Strategy was released, crystallizing the results of debates and renewing the State's focus on the on the new challenges.

**Keywords:** *National Defense Strategy, National Defense Policy, Security, Lula, Fernando Henrique Cardoso.*

## Introdução

**A**o estudar o período da redemocratização do Brasil e de fim do conflito bipolar, algumas questões são essenciais para compreender a visão brasileira sobre o mundo e sobre seu papel no Sistema Internacional. O presente artigo tenta articular duas variáveis importantes que equacionam esse assunto: a política externa e a política de defesa. O esforço principal da concepção desse texto é tentar perceber se os paradigmas de política externa e os padrões do pensamento sobre defesa desenvolvem-se no mesmo ritmo e visando os mesmos objetivos; a hipótese levantada é a de que, apesar de não haver de fato uma sincronia imediata entre os dois temas, existe uma forte correlação entre os dois e esses não são e nem poderiam ser pensados de forma autônoma.

É possível traçar o início da concretização do projeto de política de defesa brasileiro em alinhamento com o que Silva (2009) descreve como a crise da matriz neoliberal de política externa do Brasil, no final da década de 90, últimos anos do segundo governo FHC. A criação do Ministério da Defesa, em 1999, foi a consolidação de um processo que iniciara fracamente com o lançamento da Política Nacional de Defesa, em 1996, e que só foi concluído em 2012, com o lançamento do Livro Branco de Defesa. A criação da nova estrutura encabeçada pelo Ministério da Defesa foi também um momento de repensar as funções e a doutrina militar das nossas Forças Armadas; até então, durante todo o regime militar, a doutrina era instrumental para o combate de inimigos internos (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010).

Domício Proença Jr. e Eugênio Diniz se referiram a esse desenvolvimento como “institucionalidade governamental para a defesa”, que diz respeito ao conjunto de relacionamentos formais e informais entre as Forças Armadas e demais agências, grupos de pressão e organismos governamentais voltados para o assunto de defesa (PROENÇA JR; DINIZ, 1998, p.84). Assim, pode-se argumentar que o Brasil passou ter uma política de defesa concreta,

específica e institucionalizada a partir do governo FHC (1995-2002) e nos mandatos de Lula (2003-2010) (GUIMARÃES, 2012, p. 25).

É necessário considerar que a política externa de um país compreende duas esferas, uma diplomática e outra da estratégia e uso da força, a qual se insere na política de defesa (SOARES, 2011; GUIMARÃES, 2012). Como aponta Soares (2011, p. 74), é importante ponderar “se a defesa foi conduzida de forma convergente à diplomacia, constituindo um todo orgânico e consistente com a política externa”. Primeiramente, o artigo apresentará as linhas gerais das políticas externas dos períodos FHC e Lula e analisará suas políticas de defesa; posteriormente, será feita uma análise conjunta entre PEB e defesa de cada um dos presidentes e entre as mudanças (ou semelhanças) encontradas nos dois períodos. Espera-se, com esse estudo, contribuir para a compreensão da articulação entre essas variáveis, possibilitando uma visão mais clara sobre a urgência - ou não - de possuir uma política de defesa nacional com mais recursos para alcançar os objetivos de política externa.

## **2. A Política Externa de Fernando Henrique Cardoso**

Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil de 1994 a 2002. Durante sua presidência, havia a percepção de que era necessário eliminar o Estado Empresário – ou Nacional-desenvolvimentista –, privatizar os empreendimentos estatais, realizar superávit primário, proteger o capital e os investimentos estrangeiros e adaptar as instituições e a legislação, instituindo o Estado Normal (SIMÃO, 2009). Esse curso de ação estava ligado ao Plano Real e à lógica anti-inflacionária do governo, que buscava garantir a boa imagem internacional do país de forma a manter o afluxo de dólares. O governo FHC caracteriza-se, assim, por um Estado subserviente, que se submete ao centro hegemônico e aliena a economia nacional (CERVO; BUENO, 2002).

Durante os mandatos de FHC, é possível distinguir dois períodos de política externa: o primeiro, de otimismo liberal, que durou até final dos anos 1990, e o segundo, de globalização assimétrica, que teve lugar nos últimos anos do governo. A primeira fase da Política Externa Brasileira (PEB) foi condicionada por uma visão de fim da divisão Leste-Oeste e do conflito Norte-Sul, da convergência de valores nas áreas política e econômica e da presença de uma única superpotência

econômico-militar, os EUA, hegemônicos na Pax Americana. Nesse cenário, o Brasil nutria a ideia de que havia um descolamento entre o poder militar e a capacidade de manter a ordem e que esse *hard power* havia perdido importância para o poder econômico, cultural e simbólico (LAMPREIA, 1998). A inserção internacional também teve relação com o cenário interno brasileiro de estabilidade econômica e de consolidação da democracia, elementos que contribuíam para a credibilidade externa do país.

Sob essa perspectiva de “paz Kantiana” e de projeto neoliberal, a política externa foi estruturada na *autonomia pela integração*, através da qual se buscava margem de manobra suficiente, mas não completa, nas relações exteriores (LAMPREIA, 1998). Como exposto por Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações exteriores do período, o país visava "a manutenção de um comportamento de mainstream, mas com atenção à especificidade do Brasil, tanto nos seus condicionamentos, quanto nos seus objetivos e interesses" (LAMPREIA, 1999, p. 89).

Durante o período do otimismo liberal, a PEB foi orientada pelos princípios da democracia, estabilidade monetária e abertura de mercados (ou seja, a política exterior tinha um grande viés econômico). Havia a noção de que o multilateralismo equivalia a um mundo globalizado, feito de regras justas, transparentes e benéficas para todos, por isso a grande preocupação do governo era corresponder às imposições e regimes internacionais, principalmente àqueles estabelecidos pelos EUA. Nessa primeira fase houve também a expansão do universalismo, com o aprofundamento da presença brasileira em várias partes do mundo a partir de quatro campos de atuação: integração regional, diversificação de parceiros bilaterais, criação de condições para acordos multilaterais e ação condizente com o papel de potência média com aspirações globais (SIMÃO, 2009).

Na integração regional o país deu atenção especial para o Mercosul, tido como base para a integração econômica com o resto do globo, e buscou garantir certa margem de autonomia regional frente aos EUA, ainda que sem se contrapor diretamente a projetos como a ALCA. As relações bilaterais, por sua vez, foram marcadas pela postura de *global trader*, com o estabelecimento de possibilidades de parcerias estratégicas com China, Índia e Rússia e de parcerias com União Europeia e NAFTA. No âmbito multilateral, o Brasil buscou limpar a

agenda e trazer maior credibilidade ao país, além de aceitar tacitamente o princípio dos “mais iguais”, que ditava que as grandes potências tinham papel especial no Sistema Internacional. Por fim, procurando agir como potência média com aspirações globais, o país tinha uma percepção de liderança inicialmente restrita à região e tentou de maneira não insistente conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança (VIZENTINI, 2005; ALMEIDA, 2004). É importante ressaltar que, mesmo com essas perspectivas de diversificação, a prioridade do Brasil no cenário internacional eram as relações com as grandes potências e os organismos internacionais.

No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, foram desarticuladas as bases da política externa. A crise financeira de 1999 e a nova ênfase dos EUA no unilateralismo focado nas questões de segurança que entrou em voga no pós-11 de setembro modificaram o quadro conceitual das relações internacionais, trazendo novas dificuldades práticas e teóricas para o governo FHC (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2007). Na gestão Lafer no MRE, de 2001 a 2002, foi atenuada a ideia da "autonomia pela integração", emergindo, sem que aquela desaparecesse, a ideia de "arrumar a casa" por meio da execução de uma "diplomacia do concreto" (LAFER, 2002). O governo passou de uma noção de otimismo liberal para uma ideia de globalização assimétrica, criticando a estrutura do Sistema Internacional e o unilateralismo recuperando o discurso de que as relações internacionais estão condicionadas por uma distribuição desigual de poder (SILVA, 2009). Procurou-se ampliar as relações com a China, a Índia e a África do Sul para garantir maior espaço de manobra, ainda que de maneira tímida, e a ação regional também recrudesciu, com iniciativas como a I Reunião de Cúpula dos Países Sul Americanos (2000) e a Associação Mercosul-Comunidade Andina (2002). Além disso, o Brasil abandonou suas pretensões de se tornar uma grande potência. Contudo, a crise do multilateralismo e da matriz neoliberal da política externa brasileira continuou se agravando, evidenciada pelo caso Bustani e pela adoção gradual de características do Estado logístico (SILVA, 2009; ALMEIDA, 2004).

### **3. A Política de Defesa de Fernando Henrique Cardoso**

Nessa seção do artigo, são tratadas as questões de defesa do período Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Inicialmente, é importante ressaltar uma das características mais proeminentes do governo FHC, qual seja, o seu enquadramento num espectro mais liberal da esfera política. Em razão disso, a importância da economia na condução da política externa estava à frente de temas

ligados à segurança e principalmente à defesa, cuja qual foi relegada para segundo plano. Mesmo assim, ocorreram avanços significativos nessas áreas, e que merecem ser destacados.

A atuação brasileira em questões de segurança internacional, durante a gestão de Cardoso, reflete a busca por reconhecimento e maior prestígio perante à Comunidade Internacional. Sendo assim, o Brasil teve uma atuação destacada em operações de Paz da ONU, integrando, por exemplo, a United Nations Angola Verification Mission III (Missão da ONU em Angola), em que enviou contingentes sucessivos de cerca de 1.300 militares brasileiros em cada um deles. Além disso, o Brasil enviou forças policiais para a Operação de Paz das Nações Unidas no Timor Leste, em 1999 (SILVA: 2010). Dessa forma, foi possível para o exército acumular experiência em relação à Operações de Paz, além de contribuir para o aumento da relevância brasileira no principal fórum multilateral de segurança coletiva.

No que diz respeito aos regimes internacionais, em 1997 o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi assinado pelo presidente, e ratificado pelo Congresso Nacional em 1998. Segundo Silva, a ratificação desse tratado “[...] culminou o processo de amadurecimento da posição brasileira no tocante à não-proliferação de armas nucleares” (SILVA: 2010), e restringiu, de uma vez por todas, a geração de armas nucleares no território nacional (SOARES, 2008). Foi uma medida fortemente conectada ao desejo do presidente de aderir aos acordos internacionais importantes e garantir mais respaldo na comunidade internacional. Além disso, o Brasil já havia assinado acordos com a Argentina<sup>2</sup> e com vizinhos latinos sobre a questão nuclear (Tratado de Tlatelolco).

Com o final do conflito bipolar, as ameaças de avanço do comunismo caíram por terra. Novos temas sob a égide neoliberal foram postos em pauta, sobretudo, levantados pelos países vencedores (capitalistas avançados) na Comunidade Internacional. Dado que a iminência de um conflito interestatal diminuiu consideravelmente e, assim, as tensões saem do foco estatal para o foco social, a agenda realista - de percepção estado-cêntrica - foi colocada de lado. Os desafios a serem superados estavam conectados ao indivíduo e à sociedade. As principais questões eram:

---

<sup>2</sup> Ver mais em CORTES, Octavio Henrique. A política externa do governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília: Funag, 2010, Capítulo II.

terrorismo (grupos subestatais subversivos ou concorrentes ao Estado), narcotráfico, segurança ambiental, segurança econômica, segurança institucional (democracia, principalmente). Essa alteração radical enterrou a possibilidade de ter como o principal inimigo o comunista (ainda conectado na lógica do conflito Leste-Oeste) e criou uma crise de identidade nas Forças Armadas - porque agora as funções de segurança não estavam necessariamente ligadas ao uso da força e, em alguns casos, podiam até mesmo estar relacionadas à prevenção de possíveis incidentes (por exemplo: erradicação da fome) (MELLO, 2011; PAGLIARI, 2009).

Como a condução da política externa visava uma boa impressão do Brasil junto a Comunidade Internacional, a adesão dessa nova percepção da agenda de segurança foi incorporada, de certa maneira, ao ideário brasileiro. Entretanto, não necessariamente foram atribuídas competências às Forças Armadas que não fossem a sua atuação clássica, qual seja, a defesa do território. Por parte dos EUA, havia tentativas da expansão da hegemonia sobre a América Latina quando o assunto era segurança; Clinton buscava sequestrar o debate no sentido de tornar os vizinhos brasileiros mais sensíveis e responsivos ao assunto terrorismo, muito embora não tenha obtido sucesso (SOARES, 2008).

Foi herdada pelo presidente Cardoso a intenção brasileira de manter a cooperação política com vizinhos, a paz da região e a integração econômica com os países platinos. Então, como as negociações do Mercosul já haviam sido elevadas a um patamar de união aduaneira (Protocolo de Ouro Preto de 1994) e a relação de desconfiança com a Argentina já estava no passado, o único foco de instabilidade provável - relacionado ao narcotráfico - era a região amazônica, que gerava interesse internacional tanto de países - visando seus recursos e a internacionalização da região - quanto de ONGs - visando a proteção humana, caso sensível dada a violação de soberania (PAGLIARI, 2009). Para o monitoramento e processamento de informação sobre essa porção do território, foram lançadas as iniciativas da SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) e a SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) em 1995, com início do seu funcionamento em 1997 (SANTOS, 2006). Para fomentar a troca de informações e cooperação com os vizinhos da área, o Tratado de Cooperação Amazônica se transformou em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, pretendendo criar estabilidade e solidariedade entre os países para gerir a Amazônia.

Em 1996 foi promulgada a Política de Defesa Nacional, que serviu como um dos primeiros passos para a reestruturação do arcabouço institucional brasileiro relacionado ao setor militar, mesmo que a sua validade como uma política de defesa bem definida seja fortemente questionável (ALSINA: 2003). Esse viria a ser o primeiro documento dessa natureza pós-Escola Superior de Guerra durante o ciclo militar, que tinha como binômio segurança e desenvolvimento. É importante conectar esse esforço de teorizar assuntos sobre a segurança nacional já que o Brasil procurava alcançar a liderança da região sul-americana (em contraposição ao projeto de verticalização da subordinação do território americano, a essência da Área de Livre Comércio das Américas) e, para isso, era necessário possuir um documento de política de defesa declaratório que proporcionasse transparência e clareza, especialmente, traçando alguns objetivos básicos a serem perseguidos - que seria o primeiro passo para um Livro Branco, como temos hoje (PAGLIARI, 2009; SOARES, 2008).

Analisando o documento, nota-se que ele é muito preliminar, dado a sua pouca extensão e profundidade sobre os temas abordados (não fixa nenhum conceito novo ou assinala algum projeto), e que aparenta estar mais declarando suas intenções e ressaltando seus princípios básicos como nação do que apresentando doutrinas ou projetos. É posto em evidência que o principal fator para a defesa é externo ao país. Alguns princípios basilares são levantados, como compromisso com a paz da região e do mundo, cumprimento das leis de direito internacional, solução pacífica de controvérsias, condenação da guerra de conquista, desarmamento nuclear e uso da força como autodefesa; todos pontos já bem conhecidos pelo padrão de política externa brasileiro.

A PDN ressaltava que o Brasil possuía várias frentes que poderiam trazer instabilidade (como a região norte e o Atlântico Sul), uma vez que o sistema internacional era agora multipolar e possivelmente mais instável. A natureza do conflito também possuía novas facetas como a étnica, a religiosa e a nacionalista (movimentos de independência) e não só conflitos entre Estados eram esperados como focos de insegurança. Nos objetivos do documento foi exposto que o conflito fundamental era a preservação do estado democrático de direito, da soberania e da integridade territorial; em outras palavras, a defesa da nação na definição clássica. A orientação estratégica

brasileira, portanto, era de dissuasão defensiva<sup>3</sup>, tendo como diretrizes o estímulo à paz e ao desenvolvimento, o desarmamento e a integração regional. É importante notar que na PDN era prevista uma modernização das capacidades militares para que o Brasil pudesse enfrentar qualquer desafio imposto e que, para isso, as Forças Armadas contariam com todos estratos da sociedade - iniciando um novo relacionamento entre os civis e militares. Há de se destacar, também, que a ausência de um projeto nacional e de defesa mais amplo atrasava uma coesão maior entre esses agentes da defesa nacional (SANTANA, 2006; PAGLARI, 2009).

Certamente, o marco institucional mais relevante do período foi a criação do Ministério da Defesa em 1999. Com isso, extinguiu-se o Estado Maior das Forças Armadas, que integrava as três forças (Aeronáutica, Exército e Marinha), e se submeteu, de fato, o poder militar ao poder político civil. Segundo Winand (2010), essa medida ajudou a melhorar o diálogo entre civis e militares, melhorou a imagem internacional do Brasil e permitiu o diálogo internacional intra-ministérios da defesa. Possibilitou, também, a maior transparência nos assuntos tangentes a defesa e auxiliou a organizar melhor as metas sobre o tema, permitindo, então, um aperfeiçoamento, que se provou útil na formulação dos documentos de segurança internacional futuros. Além disso, a capacidade de interação entre os militares e a sociedade civil ficou mais facilitada dada a submissão das forças armadas ao poder político civil, possibilitando a geração de sínteses positivas nas conversas e troca de informações.

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a agenda de segurança internacional ocidental se recrudescceu. As visões mais liberais sobre os conflitos, voltadas para a cooperação, interdependência, equilíbrio de poder e segurança conjunta, que foram propostas pelos próprios Estados Unidos com o final da Guerra Fria, foram marginalizadas e a securitização com viés mais realista, sob os conceitos de acúmulo de capacidades, balança de poder, dissuasão, militarismo e autoajuda, voltou à tona. Nesse entremeio, o Brasil prestou solidariedade aos EUA mas não entrou junto com o “bloco ocidental” para conter o terrorismo no Afeganistão. Assim, basicamente, aconteceu o marco de desfecho da política de defesa no período Cardoso, uma vez

<sup>3</sup> Dissuasão defensiva pode ser definida como a tentativa de impedir o adversário de desencadear uma ação que ele pode e ameaça realizar, por meio da demonstração de que ele não conseguirá atingir seus objetivos devido à nossa intervenção (CORREA, 2010). A partir desse princípio, o Brasil tira a conotação agressiva do termo dissuasão e assume o emprego da força apenas em casos de defesa do território e do patrimônio nacionais, ou seja, apenas em ocasiões de autodefesa (CAVAGNARI FILHO, 2000).

que, a partir desse evento, os países começaram a reconsiderar as pautas primárias de defesa. (PAGLIARI, 2009)

#### **4. A Política Externa de Luís Inácio Lula da Silva**

No governo Lula (2003-2010), o Brasil se inseriu de vez no paradigma do Estado Logístico, voltado para o fortalecimento nacional a partir de incentivos aos empreendimentos da sociedade. Em outras palavras, o Estado logístico recuperou o planejamento estratégico de desenvolvimento e exerceu a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais. Esse Estado também denunciou os ganhos unilaterais de interdependência que se estabeleceu entre o Estado Normal e o centro hegemônico, recuperando estratégias de desenvolvimento e conferindo à PEB funções como o reforço da capacidade empresarial, assimilação de ciência e tecnologia, abertura dos mercados do Primeiro Mundo e estabelecimento de uma política de defesa nacional, autocentrando o desenvolvimento brasileiro e excluindo a dependência das grandes potências como opção de inserção (CERVO; BUENO, 2002). Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do período, definiu a PEB como “ativa e altiva”, tendo papel substantivo na conformação de um projeto nacional.

Ainda que não tenha havido ruptura significativa com paradigmas históricos da PEB, o governo deu nova roupagem e ênfases conceituais para as iniciativas da administração anterior. Durante seus mandatos, Lula imbuiu a diplomacia de um sentido tático-estratégico a partir de dimensões econômica, política e social (ALMEIDA, 2004). Essas novas feições da diplomacia reforçaram a atuação internacional do país especialmente com relação à América do Sul, aos organismos internacionais e às potências emergentes do sul; o governo buscou manter abertos os canais de negociação com o Primeiro Mundo, mas focou em reafirmar os interesses nacionais e o protagonismo do país nas relações internacionais (VIZENTINI, 2005). A partir dessas características, a PEB de Lula pode ser definida como de *autonomia pela diversificação*, através da qual, com a cooperação Sul-Sul, o país tinha interesse em alterar a geografia do poder mundial (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A autonomia pela diversificação tinha como diretrizes contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo dos EUA; fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais e de estruturar um maior diálogo com pequenas e médias potências;

adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio em diversas áreas; e evitar acordos que pudessem comprometer a longo prazo o desenvolvimento do país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). O que se estabeleceu foi um globalismo industrialista (mesmo que posteriormente tenha havido uma reprimarização da pauta) com dois traços essenciais: o multilateralismo da reciprocidade e a internacionalização econômica (CERVO; BUENO, 2002).

No período, o Brasil suplantou a passividade e buscou alianças fora do hemisférico como forma de ampliar seu poder e influência. Interessado em contribuir para o estabelecimento de um Sistema Internacional multipolar e em construir um espaço maior de barganha, o país procurou ocupar espaços desocupados na diplomacia, estabelecendo parcerias estratégicas com potências emergentes (entre as quais destacam-se a criação dos BRICS e do IBAS e o fortalecimento da política africana) e dando prioridade total para a Integração sul americana (VIZENTINI, 2005). A relação com os EUA nesse contexto era vista como importante, mas não essencial, ainda que o país fosse um dos grandes parceiros econômicos do Brasil.

O Mercosul era tido como a prioridade mais importante do governo, que o via como uma base material para a união política da América do Sul, como meio de livrar a região de influências externas e como instrumento para reforçar o poder de barganha internacional e criar um polo regional para realizar as metas do multilateralismo e de globalização. A criação da UNASUL nesse contexto teve objetivos políticos, geopolíticos e econômicos, aumentando a interdependência entre os países no cenário internacional, criando a ênfase na segurança regional e promovendo a integração produtiva, energética e de infraestrutura (CERVO; BUENO, 2002).

Durante o governo Lula o país participou ativamente de foros internacionais, buscando reforçar sua atuação em âmbito global. Enquanto FHC aceitava o princípio dos “mais iguais” e aderiu implicitamente ao Consenso de Washington, Lula defendia a igualdade entre todos os países e recusava os princípios do Consenso. Lula também adotou uma postura crítica frente à globalização e à abertura comercial, defendendo a soberania econômica e as políticas setoriais de desenvolvimento (ALMEIDA, 2004).

A noção que prevalecia na PEB era de que acordos com parceiros não tradicionais reduziram as assimetrias nas relações exteriores e aumentariam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Havia a ideia de que liderança brasileira não estava restrita ao âmbito regional, e esse ativismo diplomático era tido como o meio de alcançar uma

posição de evidência no sistema internacional. Por isso, o país deu grande atenção à tentativa de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, se estruturando para reunir as capacidades de exercer um papel de maior responsabilidade no cenário externo (ALMEIDA, 2004).

## **5. A Política de Defesa de Luís Inácio Lula da Silva**

O discurso firmado na mudança da política de defesa já surge na campanha de Lula para a Presidência, com diversas propostas novas, tais como reforços nas regiões de fronteira, com foco na Amazônia, investimentos na área de inteligência, revogação do TIAR, melhoramento do equipamento, aumento o orçamento em relação ao PIB, e investimentos em Pesquisa e Treinamento (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010). Basicamente, a política de defesa do governo Lula foi balizada por três documentos, sendo que o último foi concluído oficialmente apenas no governo Dilma:

“A Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada em 2005, é o principal documento de planejamento da defesa do Brasil. A Estratégia Nacional de Defesa (END), elaborada no ano de 2008, por sua vez, busca definir como operacionalizar aquilo que se determinou na PDN. Finalmente, o Livro Branco de Defesa Nacional, lançado em 2012, é um documento público que tem por objetivo permitir o acesso à informação sobre o setor de defesa brasileiro”. (SILVA, 2014: 72)

Cabe aqui analisar tais documentos. De acordo com Corrêa (2014), pode-se estabelecer o âmbito e objetivos de cada um desse modo: a PDN seria o principal documento do governo para elaborar suas políticas de defesa e estabelecer objetivos que devem ser seguidos para equipar e preparar as Forças Armadas; a END é documento que define os meios para cumprir os objetivos da Política de Defesa; e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o que analisa as perspectivas a médio e longo prazo do setor e busca a transparência dos dados estratégicos das Forças Armadas. O LBDN foi o resultado de uma demanda que existia para uma maior transparência quanto a esse tipo de informação, visto que quase todos os países publicavam periodicamente esses dados. Apesar de ter sido iniciado no governo Lula, o resultado final do trabalho da comissão interministerial composta para debater o assunto foi publicado sob a forma do LBDN apenas em 2012, já no governo Dilma Rousseff (CORRÊA, 2014; OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2012). Foge, portanto, da delimitação do presente trabalho.

Desse modo, a institucionalização das políticas de defesa ganhou um novo caráter - claramente mais firme e altivo - a partir de 2005, com a publicação da nova versão da PDN. Conforme diz Soares (2011, p. 74), essa nova orientação vai distinguir os processos decisórios: os governos terão que tomar as decisões políticas e de estratégia, enquanto as Forças Armadas são as executoras.

O Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, estabeleceu a Política de Defesa Nacional, cuja intenção era revisar a sua versão de 1996. Ela refletiu as alterações de governo - nas políticas de defesa e externa - e nas percepções do que estava ocorrendo no sistema internacional (MATTOS, 2013, p.19). O documento foi definido como “condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa” (BRASIL, 2005), interligando o desenvolvimento nacional à garantia da defesa. Esse documento teve um grande apoio de quadros militares para a sua produção<sup>4</sup>, mas ainda assim não introduziu de modo suficiente o debate à sociedade civil, mesmo destacando a importância em conscientizar a população (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010; OLIVEIRA; VIANA, 2011, p. 4).

Todavia, a PDN estava conectada ao que busca a política externa brasileira e com os seus principais valores, percepções de ameaça e orientações estratégicas. Fazia uma breve análise do cenário internacional, denotando a assimetria de poder no sistema e dando destaque para os conflitos regionais, de baixa intensidade (SILVA, 2008). O documento também levantava a questão de que instabilidade e crimes transnacionais – narcotráfico e guerrilhas – poderiam provocar o transbordamento de conflitos de outros países da América do Sul para o Brasil. Assim, se afirmava o Brasil como tendo interesses regionais para sua própria segurança (CORRÊA, 2014). Entre as preocupações de segurança constavam as fontes de água e demais recursos energéticos, a Amazônia Legal e a Amazônia Azul<sup>5</sup>, o Atlântico Sul, dentre outros (OLIVEIRA; VIANA, 2011, p. 4). Desses, a prioridade era dada para a Amazônia e o Atlântico Sul - Amazônia pelas riquezas naturais, e o Atlântico Sul, além das riquezas (ainda não havia sido descoberto o pré-sal), também pela importância estratégica para o comércio nacional. Para

<sup>4</sup> Winand e Saint-Pierre (2010) ressaltam também a importância da participação do Ministro da Defesa José Viegas Filho na elaboração do documento da PDN, que possui diversas das ideias proferidas pelo ministro antes da sua demissão.

<sup>5</sup> A Amazônia Azul corresponde ao mar e às plataformas territoriais brasileiras. Já a Amazônia Legal é a que localiza-se na floresta amazônica, em território brasileiro, na região Norte.

alcançar esses objetivos, era estimulada a cooperação com a América do Sul e com a África (CORRÊA, 2014; SILVA, 2008). A PEB, no que se referia a PDN, era “caracterizada pelo fortalecimento do multilateralismo, pelo reforço da interação sul-americana, pela busca de soluções pacíficas de controvérsias e pela consolidação da paz e segurança internacionais” (SILVA, 2014, p. 72).

Porém, é importante ressaltar que esse novo documento, que marcou uma mudança na política de defesa do governo, também foi alvo de críticas. É argumentado que alguns traços se mantiveram da PDN anterior, do governo FHC, mesmo com a mudança geral de postura e enfoque que o governo Lula mostrou em relação ao anterior. Mesmo na nova PDN, cada força (Exército, Marinha e Aeronáutica) ainda tinha certa autonomia para buscar objetivos próprios, sem preocupação com compatibilidade ou complementariedade com as outras forças (CORRÊA, 2014). Como dito, a participação da sociedade ficou aquém do esperado na elaboração do documento, mesmo que tenha sido maior que na PDN de 1996. Além disso, o documento não era preciso no estabelecimento de diretrizes e não tratava em profundidade determinados aspectos, mantendo uma posição cautelosa em alguns pontos (CORRÊA, 2014; SILVA, 2008).

Em 2005, a primeira reunião da CASA (Comunidade Sul-Americana das Nações), que mais tarde tornar-se-ia a UNASUL, ocorreu em Brasília e mostrou o compromisso brasileiro com a criação de um complexo regional de segurança (GUIMARÃES, 2012, p. 83). A PND adotara o conceito de entorno estratégico, plasmando a vontade do governo de inserir-se em assuntos também no âmbito securitário. Segundo o conceito, para a consecução dos objetivos de defesa nacional, havia a necessidade de proteção extraterritorial - assegurar certos objetivos em território estrangeiro. A possibilidade de intervenção e ingerência em assuntos externos não era considerada, visto a tradição da diplomacia brasileira. Assim, reconhecia-se tacitamente a necessidade de cooperação para a defesa efetiva. Para isso, haveria uma tentativa de consolidação de um complexo de segurança regional dentro do âmbito da UNASUL.

Todavia, as principais mudanças do governo Lula frente às políticas de defesa se deram a partir de 2007<sup>6</sup>, com o ministro Nelson Jobim na pasta da Defesa, e Mangabeira Unger como Ministro de Assuntos Estratégicos, na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SOARES, 2011, p. 83). A partir daí, o MD passou a agir de forma mais atuante na agenda de política externa. Iniciou-se um esforço para refletir opiniões de grupos de pressões e classes sociais na política e as mudanças econômicas que ocorreram durante esse período influenciam o posicionamento do Brasil no cenário internacional. A nova participação do país como uma das maiores economias mundiais ofereceu credenciais para tornar “a política de defesa mais consistente e com prioridade mais elevada” (SOARES, 2011, p. 83).

A END foi aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Segundo Oliveira e Viana (2011), a END não era orientada para a atuação externa do país, apesar de afirmar logo nas páginas iniciais que a intenção brasileira não era ascender “sem buscar hegemonia” (BRASIL, 2008, p. 8). Elaborada por uma comissão interministerial - presidida pelo MD e coordenada pela SAE - se focava no médio e longo prazo, com o objetivo da modernização da defesa nacional. O novo documento abordava temas que haviam sido negligenciados anteriormente, como a composição organizacional e as práticas operacionais das forças armadas (OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2012). Soares critica que o documento não faz menção ao PDN (2011, p. 76) e pode ser um indicativo da falta de convergência entre o novo Ministério da Defesa em relação aos militares que participaram da criação do documento anterior. O ponto de partida da END seria a nova posição brasileira de ascensão e destaque, da segunda metade dos anos 2000. A nova orientação estratégica teria três linhas fundamentais: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa, e composição dos efetivos das Forças Armadas (OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2012; OLIVEIRA, VIANA, 2011). A reorganização das Forças Armadas foi pensada em três setores: nuclear, espacial e cibernético - a cargo da Marinha, Aeronáutica e Exército, respectivamente (BRASIL, 2008, p. 6)

Também focava nas chamadas novas ameaças à soberania do Estado, como o tráfico de armamentos e de drogas transfronteiriços. Como o Brasil não teria inimigos diretos, a diretriz

---

<sup>6</sup> O ponto de virada teria sido a crise do “apagão aéreo” - seguidos acidentes envolvendo aviões comerciais entre 2006 e 2007 - que teria precipitado a troca de ministro na pasta da defesa (OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2012)

principal seria focar-se na capacitação das forças armadas. A defesa nacional seria garantida com a capacidade de dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras e águas territoriais. Para isso, a END propunha uma melhor distribuição das forças pelo território nacional (CORRÊA, 2014). Apresentava-se também a discussão sobre a permanência (e importância) do Serviço Militar Obrigatório, bem como a convocação da população brasileira para a participar na sua elaboração e ampliar a participação dos civis nos quadros do Ministério da Defesa, uma sinalização de um documento mais democrático e conectado com a sociedade civil do que os anteriores.

Seria dada prioridade à produção de materiais de defesa, que condicionaria as parcerias externas ao desenvolvimento de pesquisa e produção no país, com a transferência de tecnologia, visto uma preocupação com a autonomia do país no setor. Ademais, o governo assumia o compromisso de garantir demanda à indústria nacional e de desenvolvimento de alta tecnologia, vinculando centros de pesquisa e universidades. O objetivo seria garantir a autossuficiência tecnológica e autonomia em termos de aparelhamento das forças armadas (DAGNINO, 2011).

A END vinha ao encontro do novo ânimo do governo de que o Brasil poderia ser uma grande potência (SOARES, 2011, p. 77), também representado no aumento da participação brasileira em operações de paz, com destaque para a missão no Haiti (MINUSTAH). Essa ambição de grande potência era uma diretriz da política externa do governo Lula, segundo Vizontini (2005). Nesse sentido, a orientação da PEB para a vizinhança brasileira também permeava os objetivos de defesa do país, com a preocupação com a América do Sul e ao estímulo à integração regional para equacionar o problema do tráfico transfronteiriço, diminuindo a possibilidade de conflitos, além de aumentar a dimensão do mercado de tecnologia de defesa para a indústria nacional (OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2012). É possível encontrar na END referência também à parceria do Brasil com os países africanos, centro-americanos e caribenhos. (SOARES, 2011, p. 77; SILVA, 2014, p. 73; BRASIL, 2008)

Foi no segundo mandato do governo Lula que o Brasil começou a dar maior foco aos países vizinhos, abandonando o bilateralismo (SILVA, 2014, p. 74), possivelmente como um dos resultados da publicação do documento dos Estados Unidos intitulado *National Defense Strategy*,

de 2005<sup>7</sup> e, mais ainda, da descoberta das jazidas do Pré-Sal, em 2006, no entorno marítimo brasileiro. Como destaca Soares (2011, p. 80), uma das principais convergências entre a diplomacia brasileira e a defesa se deu em 2010, com o restabelecimento do acordo de cooperação militar com os EUA. Tal acordo abrangia áreas de logística e pesquisa e desenvolvimento, bem como aquisições. Com a criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, o Brasil buscou atingir também uma base industrial de defesa regional (GUIMARÃES, 2012, p. 250).

Por fim, podemos dizer que o governo de Lula conseguiu conduzir o Brasil a uma posição de liderança na região, com a criação da UNASUL e do CDS, mas sem se impor como protagonista. Mais do que isso, há uma evolução dos mecanismos institucionais e jurídicos da política de defesa brasileira, buscando a modernização e integração das Forças Armadas, bem como com a elaboração de decretos e da END (GUIMARÃES, 2012, p. 107). Esse processo culminaria com o lançamento do LBDN em 2012. O foco da política de defesa nitidamente se deslocou para o conceito de entorno estratégico, principalmente o Atlântico Sul e a defesa do pré-sal (CORRÊA, 2014). Ainda, podemos dizer que há um maior alinhamento com a Política externa no período, pois essa não pode prescindir de uma “Política de Defesa capaz de interagir instrumentos de cooperação e alianças com projeção de poder e dissuasão” (CORRÊA, 2014, p. 36).

## **Considerações Finais**

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela inserção no paradigma de Estado Normal, em que o Estado abria mão de comandar projetos de desenvolvimento nacional. Nesse período, o que determinou a inserção internacional do Brasil foi a autonomia pela integração, através da qual o país reconhecia seu papel "secundário" no cenário internacional e se voltava prioritariamente para as relações com as grandes potências. O realismo foi abandonado em detrimento de uma visão kantiana das relações internacionais que via o poder militar como

---

<sup>7</sup> O documento foi resultado dos atentados de 11 de setembro aos EUA e previa a cooperação entre Estados na luta contra o terrorismo. Segundo Guimarães (2012, p. 88), o documento também previa uma cooperação securitária entre países da América Latina e os EUA. Isso teria sido motivo para o Brasil tomar as rédeas do processo de criação de um Complexo Regional de Segurança.

irrelevante, colocando os tópicos econômicos em primeiro plano. Nos anos finais do segundo mandato, com a crise financeira e com os ataques de 11 de setembro, o paradigma neoliberal entrou em crise, e o Brasil adotou uma postura mais crítica ao unilateralismo americano e à globalização, considerada assimétrica.

A política de defesa de FHC condiz com a cosmovisão da PEB do período. Mesmo tendo sido escanteado em diversos tópicos durante o governo Fernando Henrique, o Itamaraty se apropriou da doutrina de segurança e da política de defesa, restringindo o papel das Forças Armadas nessa área; além disso, a noção de segurança nacional e a produção industrial dos meios de defesa e dissuasão foi abandonada. Por isso, os avanços na defesa estiveram ligados principalmente à institucionalização e à criação de marcos básicos como a PDN e o MD. Por fim, como os assuntos ligados à criação de capacidades e resecurização, dada a instabilidade do mundo multipolar com novos agentes, no final do período do seu mandato, é compreensível a sua limitação sobre o tema, a falta de aprofundamento devido e seu orçamento para esses fins.

No governo Lula, o país se enquadrou de vez no paradigma do Estado Logístico, fornecendo as ferramentas para que a iniciativa nacional conseguisse realizar o desenvolvimento. Nesse contexto, a postura da PEB se alterou, recebendo um novo enfoque, baseado na noção de diplomacia "ativa e ativa". A partir da autonomia pela diversificação, a política exterior ganhou um caráter estratégico, devendo reafirmar os interesses nacionais e o protagonismo do país nas relações internacionais a partir da cooperação Sul-Sul. Ainda nesse período, a política externa defendeu o desejo de desempenhar um papel relevante no âmbito internacional, através de iniciativas como a candidatura ao Conselho de Segurança e a participação em missões de paz da ONU.

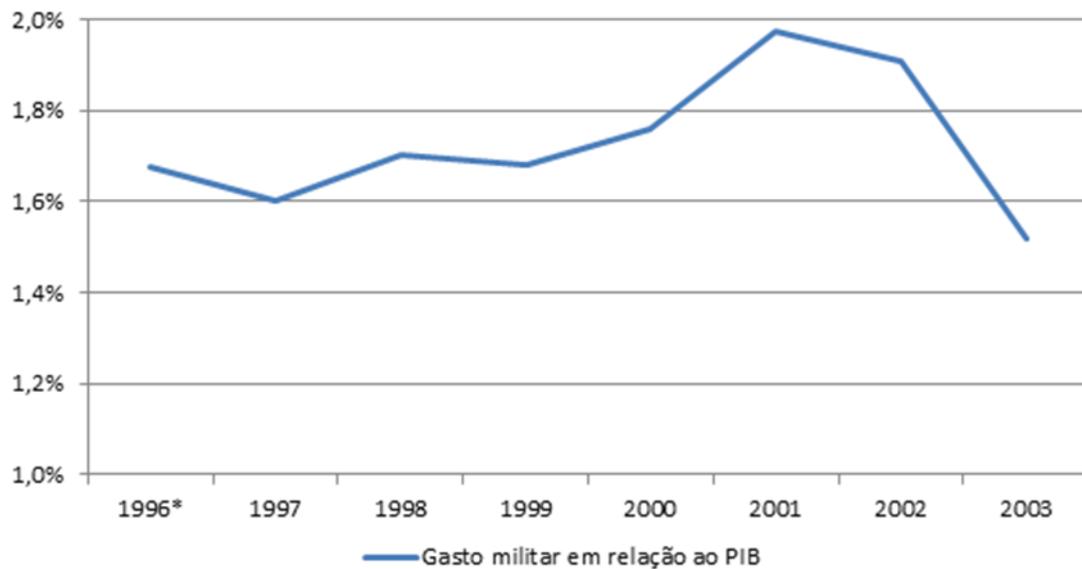
Assim como a política externa, a política de defesa do governo Lula afastou-se de sua antecessora e voltou-se para a liderança e soberania nacional. De início, a política social foi predominante na agenda, deixando os temas de segurança em estado de espera. A partir de 2005, começa a haver uma maior institucionalização, com a revisão da Política de Defesa Nacional. Porém, é a partir de 2007 que começam a se cristalizar as novas diretrizes da política de defesa. A descoberta do petróleo na camada de pré-sal e a maior assertividade na agenda sulamericana precipitam uma

maior relevância para os temas de defesa. O conceito de entorno estratégico passa a guiar as ações dessa área, com ênfase cada vez maior na integração da América do Sul e proteção do Atlântico Sul. Assim, vemos uma convergência cada vez maior entre as orientações de política externa e a política de defesa no período Lula.

Conclui-se então que as diretrizes gerais das políticas externas foram inseridas nas políticas de defesa nacional de ambos os presidentes. Enquanto FHC adotou uma PEB subserviente e apenas institucionalizou as políticas de defesa, relegando-as a segundo plano pela desvalorização do poder militar como ferramenta de inserção, Lula assumiu uma política exterior ativa e de liderança, operacionalizando a defesa nacional de acordo com os objetivos de atuação internacional e defesa dos interesses soberanos do Brasil.

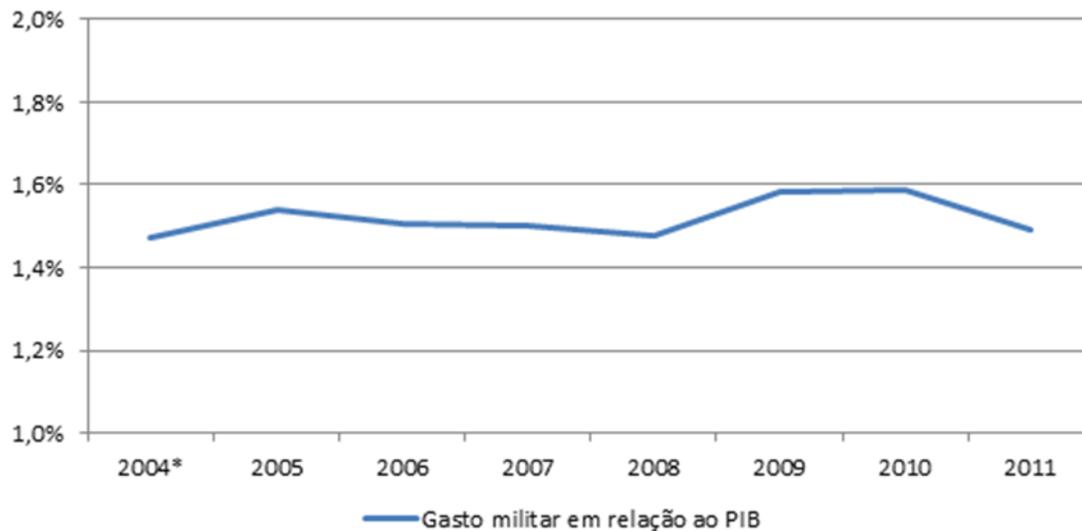
## Apêndices

### Gasto militar em % do PIB no período FHC



Fonte: SIPRI. \*O orçamento da União é sempre sancionado no ano anterior.  
Autor: Eduardo Kreibich

### Gasto militar em % do PIB no período Lula



Fonte: SIPRI. \*O orçamento da União é sempre sancionado no ano anterior.  
Autor: Eduardo Kreibich

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2004), “Uma Política Externa Engajada: a Diplomacia do Governo Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, No 1, pp. 162-184.

BRASIL. Decreto nº 5.384, de 30 de junho de 2005. (2005), “Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1 jul. 2005, seção 1, p. 5.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.730, de 18 de dezembro de 2008. (2008), “Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências”. Brasília, Ministério da Defesa.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. (2000), “Subsídios para a Revisão da Política de Defesa Nacional”. Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. Obtido em: <http://www.unicamp.br/nee/art11.htm>

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. (2002), *História da política exterior do Brasil*. Brasília, Editora UnB.

CORRÊA, Glauco Corbari. (2014), “A Política de Defesa do Brasil no Século XXI”. *Coleção Meira Mattos*, v.8, n.31, pp. 29-38.

CORREIA, Pedro. (2010), “Manual de Geopolítica e Geoestratégica. Volume I: Conceitos, Teorias, Doutrinas”. Coimbra, Edições Almedina S.A..

DAGNINO, Roberto. (2010), *A indústria de defesa no governo Lula*. São Paulo, Expressão Popular.

GUIMARÃES, Márcio Azevedo. (2012), *A Política de Defesa do Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano*. (Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS). Obtido em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72752/000881282.pdf?se-quence=1>

LAFER, C. (2002), *Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira*. Brasília, Funag/Ipri.

LAMPREIA, Luiz Felipe. (1998), “A Política Externa do Governo FHC: Continuidade e Renovação”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, no. 2, p. 5-17.

LAMPREIA, Luiz Felipe. (1999), *Diplomacia brasileira*. Rio de Janeiro, Lacerda Editora.

MATTOS, Fernando Preusser de. (2013). *Agendas de Segurança do Brasil e dos Estados Unidos da América para o Entorno Estratégico Brasileiro*. (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel

em Relações Internacionais, UFRGS). Obtido em:  
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72752/000881282.pdf?se-quence=1>

MELLO, Wallace da Silva. (2011), *Forças Armadas, Nova República e conjecturas para um novo papel institucional*. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa - Universidade Federal de Juiz de Fora. Obtido em:  
[www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FANRPI.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FANRPI.pdf)

OLIVEIRA, Andréa B. C. De & SILVA, Caroline C. V. e. (2011), Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Doutrina Militar de Defesa: América do Sul e Segurança Regional. In: *Anais do Encontro*, 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de, BRITES, Pedro Vinícius Pereira & MUNHOZ, Athos. (2012), O Papel do Ministério da Defesa na Política Externa Brasileira para a América do Sul. In: *Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais*. Porto Alegre: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais.

PAGLIARI, Graciela de Conti. (2009), Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. (Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília). Obtida em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4361>

PROENÇA Jr., Domicio e DINIZ, Eugênio. (1998), *Política de defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

SANTANA, Vagner José. (2007), *Leitura crítica do discurso de Política de Defesa Nacional*. (Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília). Obtida em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2141/1/Dissertacao%20versao%20final%20vagner.pdf>

SANTOS, Alexandre Hamilton Oliveira. (2006), Política Pública de Defesa e Segurança no Brasil e Geopolítica Amazônica: O Caso dos Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIPAM / SIVAM). In: *Anais do Evento*, II Encontro de Administração Pública e Governança. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração).

SILVA, André. (2009), *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso*. Curitiba: Juruá.

SILVA, André Reis da. (2014), “Segurança e Desenvolvimento na Projeção Internacional do Brasil (2003-2013)”. In ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança. Porto Alegre, UFRGS/CEGOV, pp. 66-83.

SILVA, Helder Pereira da. (2008), *A Política de Defesa Nacional e as diretrizes para o planejamento militar*. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal Fluminense. Obtido em: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/arquivos/espaco\\_pesquisador/Helder-Pereira.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/arquivos/espaco_pesquisador/Helder-Pereira.pdf).

SILVA, Marcos Valle Machado da. (2010), *Política Externa, Segurança e Defesa nos Governos Lula e Cardoso*. Revista Debates, v.4, n.2, pp.159-177.

SIMÃO, Ana Regina. (2009), A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso. In: *Anais ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Associação Nacional de História.

SOARES, Samuel Alves. (2011), “A Defesa na Política Externa da Era Lula: de uma Defesa elusiva a uma liderança proclamada.” In: *A Política Externa Brasileira na Era Lula* editorado por FREIXO, Adriano de; et al (Org.). Rio de Janeiro: Apicuri, pp. 71-88.

SOARES, Samuel Alves. (2008), “Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações?” *Estudos Ibero-Americanos*, v. 34, n. 1, p. 160-180.

SOARES, Samuel e MATHIAS, Suzeley. (2002), *Forças armadas, orçamento e autonomia militar*. São Paulo, Perspectivas.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. (2007), “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação.” *Contexto internacional*, vol.29, n.2, pp. 273-335.

VIGEVANI, Tullo, OLIVEIRA, Marcelo e CINTRA, Rodrigo. (2003), “Política Externa no período FHC: a Busca de Autonomia pela Integração.” *Tempo Social*, vol. 15, no. 2, pp 31-61.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (2005), “De FHC a Lula: Uma Década de Política Externa (1995-2005)” *Civitas*, vol. 5, no. 2, pp. 381-397.

WINAND, Érica e SAINT-PIERRE, Héctor Luis. (2010), “A fragilidade da condução política da defesa no Brasil.” *História*, v. 29, n. 2, p. 3-29.